

Gabriela Ramos*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v13i1211-220

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

GRAEBER, David; WENGROW, David. O despertar de tudo: Uma nova história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Núcleo de História Comparada Mundial - COMMUN/UFF. Contato: gdoscher@id.uff.br

O livro *O Despertar de Tudo: Uma Nova História da Humanidade*, lançado primeiramente no Reino Unido, chegou ao Brasil em agosto de 2022, traduzido por Claudio Marcondes e Denise Bottmann e publicado pela editora Companhia das Letras. O *best seller*, de acordo com o *The New York Times*, é fruto de um esforço conjunto entre o antropólogo estadunidense David Graeber e o arqueólogo britânico David Wengrow. A obra foi construída durante mais de dez anos e surgiu como um exercício de distração a partir de reflexões e conversas entre os autores, que resultaram em 696 páginas, sendo mais de 50 delas dedicadas somente à bibliografia.

A partir da leitura, é possível perceber como a trajetória acadêmica e pessoal de ambos os pesquisadores influenciaram as ideias e a escrita do livro. David Graeber se graduou pela Universidade do Estado de Nova York (SUNY) e fez doutorado na Universidade de Chicago, onde desenvolveu sua tese a partir da realização de um trabalho etnográfico em Madagascar, orientado pelo também antropólogo Marshall Sahlins. Além da carreira acadêmica de pesquisador e professor na Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE), ele é conhecido por suas participações nas manifestações do movimento *Occupy Wall Street* e pelo anarquismo que também permeia suas obras. Infelizmente, o autor faleceu em setembro de 2020, semanas após terminar de escrever o livro, não chegando, portanto, a ver as repercussões de sua obra. David Wengrow, por sua vez, é formado em arqueologia e antropologia pela Universidade de Oxford, onde também fez seu mestrado e doutorado, desta vez centrado na arqueologia do Egito e Oriente Médio. Atualmente é professor de Arqueologia Comparada no Colégio Universitário de Londres (UCL) e desenvolve trabalhos que utilizam as experiências de diferentes sociedades através do tempo como fio condutor para pensar questões do tempo presente, especialmente no que se refere à desigualdade social e às problemáticas ambientais.

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

A ideia central do livro traz à tona o principal ponto de convergência entre os autores: as críticas ao sistema político e econômico vigente. Dessa forma, a premissa do trabalho é pôr em xeque as noções arraigadas, tanto na academia, quanto no imaginário social, acerca da história da humanidade, reconceituando o que conhecemos sobre temas como agricultura, cidades, Estados, desigualdade e liberdade. Tudo isso, propondo novas formas de enxergar o passado, com o pressuposto de ampliar nossas perspectivas de futuro. Para fazê-lo, os autores se apoiam principalmente em extensos estudos de etnografia e arqueologia – desde os mais antigos aos mais recentes –, articulando as diferentes áreas do conhecimento e realizando um rico exercício de história comparada, a partir de conceitos desenvolvidos pelos autores clássicos da antropologia.

O ponto de partida dos autores é o presente; a pergunta unânime de como viemos parar aqui, em que momento no meio do caminho entre o homem pré-histórico e o homem contemporâneo nos tornamos tão egoístas e desiguais. O argumento desenvolvido por Graeber e Wengrow busca contrapor os paradigmas que se tornaram populares com os filósofos contratualistas dos séculos XVII e XVIII e predominam até os dias atuais. Se, por um lado, nunca houve um momento no qual vivíamos em paz, harmonia e igualdade, como pensava Jean-Jacques Rousseau, tampouco tivemos uma pré-história puramente violenta de uma espécie animalesca, tal qual os moldes de Thomas Hobbes. Nesse sentido, o exercício é de romper a noção de um Estado de Natureza, que em algum momento teria se desintegrado e nos levado ao que somos hoje. Na realidade, de acordo com a obra, não deveríamos classificar a trajetória humana a partir de rupturas propiciadas pela descoberta de novas tecnologias, que teriam nos tirado de um lugar de irracionalidade e

revolucionado a forma como nos relacionamos uns com os outros e com o resto da natureza. Ademais, a noção evolucionista que indica uma progressão dos arranjos sociais, que teriam saído de bandos para tribos, chefaturas e Estados, não é sustentada pelas evidências expostas.

É seguindo essa lógica que eles desmontam a ideia de Revolução Neolítica, a qual postula o surgimento da desigualdade a partir da descoberta da agricultura, que teria ocasionado o assentamento em cidades e proporcionado o surgimento de sociedades estratificadas. Esse paradigma se consolidou na academia em meados do século XX com os trabalhos do britânico V. Gordon Childe, arqueólogo largamente influenciado por abordagens marxistas e pela noção de rupturas radicais – algo ainda mais presente entre os marxistas no contexto pós-revolução de 1917 –, que informaram o conceito de Revolução Neolítica. No entanto, de acordo com as recentes pesquisas arqueológicas, nossa espécie já teria descoberto a agricultura milhares de anos antes de seu uso intensivo. Da mesma forma, populações se sedentarizaram sem utilizar o cultivo como fonte de alimentação primária, mas sim como “cultivo primitivo”, que se refere ao plantio para usos rituais e recreativos. Assim, historicamente, a adoção da agricultura não implicou necessariamente o surgimento da propriedade privada, da territorialidade, da centralização do poder e o fim do igualitarismo.

Tanto o fenômeno de sazonalidade – no qual as populações modificam seus arranjos sociais temporariamente, geralmente a partir das estações do ano, e depois retornam ao modelo anterior –, estudado pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss, quanto a coexistência de centenas de diferentes tipos de arranjos coexistindo no mesmo período de tempo em áreas não muito distantes, comprovam a não aplicabilidade da noção de uma história da humanidade linear e progressiva. Os

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

autores apontam que, para combater essa ideia, surgiu o conceito de “áreas culturais”, que consiste nos conjuntos de povos que ocupavam uma determinada área geográfica e que possuíam traços culturais semelhantes. Eles, então, comparam a abordagem do conceito pelos antropólogos Franz Boas e Marcel Mauss para explicar como se formariam essas regiões de semelhança cultural. Enquanto a perspectiva de Boas vai na direção difusionista, explicando a adoção de traços culturais a partir da migração dos povos e do contato entre eles, Mauss chama a atenção para o fato de que esse movimento entre as populações era um fenômeno constante, permitindo a interação incessante entre elas. Dessa forma, mais uma questão é posta em voga: como explicar a adoção de certos elementos culturais em detrimento de outros.

É nesse momento que entra o conceito de “cismogênese”, que se refere à recusa de um traço de outra etnia na busca por diferenciação, processo que, segundo enfatizado por Graeber e Wengrow, se desenvolve a partir da autodeterminação dos povos. Um dos exemplos dados pelos autores é o dos povos indígenas que habitavam a região onde atualmente está o México. Enquanto a arte feita pelos maias era marcada pelas curvas, na cidade de Teotihuacan os habitantes utilizaram formas chapadas e angulares para, propositalmente, iniciar uma nova tradição artística, cujas obras valorizavam a coletividade e refletiam um corpo social igualitário – em oposição à sociedade maia, centralizada e estratificada. Ou seja, os teotihuacanos, ao usarem a arte para se distinguirem dos povos maias, realizaram um processo de cismogênese. Nesse fenômeno, uma população, ao ter contato com um traço característico de outra, faz uma escolha consciente, por meio da reflexão coletiva, sobre a adoção ou não de tal característica, com o intuito de se diferenciar desse outro grupo. No

entanto, vale ressaltar que essa escolha não está necessariamente condicionada pela ideia de produtividade máxima disseminada pelo Ocidente, mas está de acordo com os princípios e cosmovisões relativos de um povo.

Também se baseando nas noções desenvolvidas por Marcel Mauss, os autores postulam uma nova interpretação do conceito de civilização. Para eles, o termo não seria aplicado às sociedades urbanas cujo aumento demográfico teria causado uma centralização de poder nas mãos de uma figura autoritária e uma maior estratificação social, mas estaria relacionado às esferas de interação investigadas por Mauss, as quais consistiam em grandes redes ligadas por relações de parentesco e hospitalidade mútua, e mantidas através da circulação dos indivíduos. Segundo o antropólogo, esse fenômeno não se restringe a um território nacional, mas excede os aspectos geográficos e a duração das sociedades (MAUSS; DURKHEIM, 1913, p.46-50). Ademais, os núcleos contidos nessas áreas de cultura estariam relacionados, incorporando e recusando elementos externos, mas fazendo isso a partir de uma base moral comum, na qual as distinções são apenas particularidades locais. Assim, os autores propõem o questionamento acerca de quais motivos teriam levado ao fim dessa capacidade de mobilidade e interação constante do ser humano.

Voltando à questão da desigualdade, os autores desenvolvem argumentos indicando que o início das reflexões acerca desse tema, junto com a temática da igualdade e liberdade, atribuídas a pensadores iluministas, foram, na realidade, fruto do contato direto e indireto dos europeus com os nativos do Novo Mundo. Para sustentar essa hipótese, eles se apoiam em cartas e crônicas escritas por colonos sobre diálogos e reflexões com os ameríndios, que postulavam as divergências entre as sociedades europeias e americanas da época. A partir dessa interação, surge a “crítica indígena”, que consistiu nas críticas feitas pelos ameríndios à organização

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

social europeia, especialmente no que tange à subordinação a um soberano e à relação com a propriedade privada e com o dinheiro. Desse modo, a importância desses relatos reside no fato de não terem se restringido aos colonos nas Américas, mas também se difundido no Velho Mundo por meio da literatura de viagem, influenciando o imaginário daquela sociedade. O que buscam os autores a partir da inserção dessa temática na obra é o redirecionamento do olhar ocidentalizado aos conhecimentos das sociedades tradicionais e o procedimento de deixar de enxergá-las como povos atrasados e pensá-las como possibilidade de aprendizado.

Todavia, vale destacar que, apesar do caráter incontestavelmente inovador da obra, por vezes os autores se perdem ao tratar da questão da Natureza Humana, caindo nas mesmas armadilhas essencialistas que em outros momentos tentam combater. Esse aspecto pode ser percebido quando afirmam que:

Uma das coisas que nos diferenciam dos animais não humanos é que eles produzem única e exclusivamente aquilo de que precisam; os seres humanos produzem sempre mais. Somos criaturas de excessos, e é isso o que nos torna mais criativa e ao mesmo tempo mais destrutiva entre todas as espécies. (GRAEBER; WENGROW, 2022, p.147).

Nesse pequeno trecho podemos identificar três problemas que vão na contramão de tudo que postula a livro. Em primeiro plano, os autores definem a produção de excedentes como traço essencial da Natureza Humana, o que, além de definir uma regra universal à humanidade – exercício que os autores buscam romper –, é desmentido na seguinte página, quando somos apresentados ao povo hadza, que intencionalmente criou dispositivos para não acumular excedentes materiais. Além disso, ao fazer uma correlação entre a produção de excedentes e a criatividade da espécie humana, os autores inferiorizam os povos que se definem pela não acumulação material. Por fim, também ligam nosso potencial destrutivo a esse traço,

como se a acumulação necessariamente implicasse a desigualdade – não considerando a possibilidade de distribuição igualitária –, e como se os problemas causados pela espécie humana fossem um traço intrínseco a nós, e não uma consequência do sistema político e econômico vigente.

Inclusive, a obra deixa muito a desejar no que tange à ausência de uma crítica mais incisiva ao capitalismo. Durante todo o livro, os autores refletem sobre o que poderia ter acontecido durante o desenvolvimento da História Humana para que chegássemos onde chegamos; à beira de um colapso social e ambiental que parece irreversível. Em alguns momentos, eles até chegam a mencionar a Revolução Industrial ou a emergência de um sistema-mundo, mas não desenvolvem nenhuma dessas ideias. Nesse sentido, a impressão que deixam é a de que esse processo foi natural e inevitável, e não consequência do desenvolvimento do sistema capitalista que, apesar das resistências em quase todas as sociedades nas quais adentrou, conseguiu se estabelecer de modo planetário, homogeneizando as organizações sociais sob uma ideologia específica.

Todavia, mesmo com os pontos negativos, é impossível negar a importância do livro. A jogada genial de Graeber e Wengrow reside em trazer de volta os clássicos da antropologia – como Claude Lévi-Strauss, Pierre Clastres e Marcel Mauss –, que frequentemente são menosprezados e tidos como ultrapassados pelas gerações mais recentes, principalmente na academia anglo-americana, aplicá-los de forma conjunta às novas evidências levantadas pela etnografia e arqueologia e propor um desenvolvimento não-linear, que desconstrói as noções enraizadas de uma história da humanidade etnocêntrica. Ainda assim, cabe mencionar que as críticas e proposições do livro não estão completamente isoladas, mas dialogam, inclusive, com trabalhos feitos por autores brasileiros, como o arqueólogo Eduardo Góes Neves e o

Por outro amanhã: a história comparada e novos caminhos para construir o futuro

antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. Por fim, a apresentação dos modos de vida de dezenas de sociedades através do tempo e das reflexões que surgem a partir delas parecem estar a serviço do rompimento da noção evolucionista que nos impede de olhar para arranjos sociais anteriores ao nosso – ou até mesmo contemporâneos, mas que não estejam de acordo com as normas da sociedade ocidental –, como igualmente válidos e aplicáveis. Desse modo, somos expostos a diferentes possibilidades de vida, que têm a capacidade de nos fazer questionar a forma como estamos organizados atualmente.

Assim, o livro nos tira da zona de conforto e questiona concepções filosóficas que estão presentes no imaginário social desde o início da Modernidade. Os autores nos convidam a reconstruir o conhecimento a partir de um novo olhar, incorporando as contribuições dos povos indígenas e combinando-as com dados mais recentes produzidos pela antropologia e arqueologia. Aos que buscam respostas prontas, regras universais e uma história de desenvolvimento coerente e linear, a obra pode ser um tanto quanto decepcionante, mas aos que estão dispostos a desnaturalizar os elementos que parecem indissociáveis da vida em sociedade, Graeber e Wengrow apontam caminhos para fazermos as perguntas que serão decisivas se quisermos desviar do rumo evidente da auto destruição planetária.

Referências bibliográficas

GRAEBER, David; WENGROW, David. **O despertar de tudo**: Uma nova história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MAUSS, Marcel & DURKEIM, Émile. Note sur la notion de civilisation. **L'Année Sociologique**, Paris n. 12, p. 46- 50, 1913.